



BOLETIM INFORMATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA

outubro/novembro/dezembro - 2016

Temas

PEC dos gastos

Guia para pesquisas

PLS nº 200/2015

De volta, a RBB



Proposta de Emenda Constitucional congelará gastos por vinte anos

Mesmo contra a vontade da maioria dos brasileiros, em 13 de dezembro o plenário do Senado concluiu em segundo turno a votação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, conhecida como a “PEC do Teto” ou “PEC dos gastos”. O projeto, que congela os gastos do governo por 20 anos, tem força de lei a partir de sua promulgação.

Setenta senadores estiveram presentes à votação, dos quais 53 responderam “sim” – 49 votos já seriam suficientes para a PEC passar. O texto-base da proposta já havia sido aprovado em primeiro turno, em 30 de novembro.

Descontentamento

Poucos dias antes da votação em segundo turno, Regina Parizi, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), opinava: “as propostas ultrapassam uma mera gestão de equilíbrio financeiro no país, pois, como todos sabem, a mudança sequer conseguirá pagar os – exorbitantes – juros da dívida”.

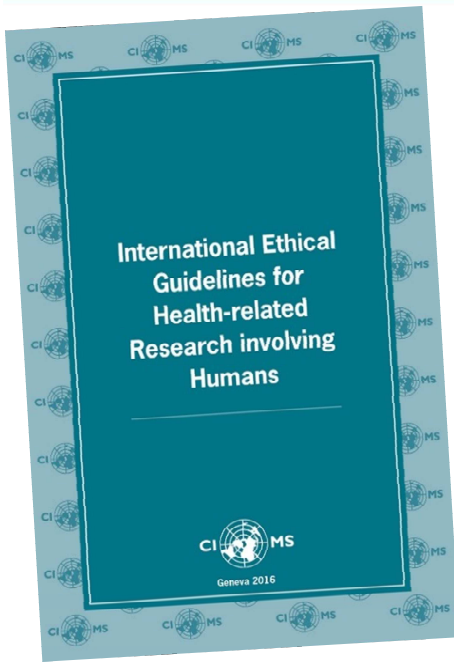
Segundo ela o que a PEC 55 tem “é um fundamento perverso de se desobrigar, enquanto nação, em prover saúde e educação para a população, mantendo a desigualdade e a injustiça como questões ‘naturais’ em um país em que a cidadania não é para todos”.

Há tempos a sociedade organizada demonstra descontentamento pelo texto da PEC 55 (na Câmara dos Deputados, 241): nota técnica assinada por mais de 150 entidades – inclusive, a SBB – e por representantes da Procuradoria da República; Promotoria de Justiça, entre outras, apontou “a inconstitucionalidade do congelamento dos pisos da Saúde e da Educação”, aliás, mesmo ponto de vista de Petição Pública encaminhada a deputados e senadores. O Fórum da Reforma Sanitária também repudiou “a continuidade do golpe promovido pelo governo Temer”.

Outra tentativa de reação veio da 3ª *Marcha em defesa da Saúde, da Seguridade Social e da Democracia*, em sete de dezembro, em Brasília, coordenada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Consulta pública divulgada pelo próprio Senado, já encerrada, dá ideia de o quanto o povo repudia a PEC 55: dos votos computados, 345.718 foram contrários e 23.770 favoráveis.

Novas normas em pesquisa



Acaba de ser lançada pelo CIOMS (*Council for International Organizations of Medical Sciences*) a versão 2016 das Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Relacionadas em Saúde Envolvendo Seres Humanos.

Tais diretrizes foram desenvolvidas em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e baseiam-se em documentos de orientação ética, como a Declaração de Helsinque, da Associação Médica Mundial, e na Declaração Universal da UNESCO sobre Bioética e Direitos Humanos.

Objetivo: fornecer princípios éticos internacionalmente reconhecidos e revisados, além de comentários detalhados sobre sua aplicabilidade, com atenção especial a pesquisas promovidas nas nações mais pobres.

Segundo Dirceu Greco, membro do Conselho Científico da SBB e do grupo internacional de trabalho que atualizou a versão de 2002 dessas diretrizes, “esta versão está melhor e mais ampla do que a anterior”.

Para a elaboração do texto final, apresentado ao Comitê Executivo do CIOMS no final de novembro de 2016, o grupo de trabalho reuniu-se três vezes ao ano, entre setembro de 2012 e setembro de 2015. Uma das primeiras decisões: ampliar o escopo dos “guidelines” a todas as “investigações relacionadas à saúde”, por considerar insuficiente o foco direcionado apenas à “investigação biomédica”. Em setembro de 2015 o grupo abriu consulta pública relativa às normas sugeridas, tendo recebido mais de 250 páginas de comentários de pesquisadores de todo o mundo.

Entre as diretrizes trazidas pela versão 2016 figuram as que envolvem O Valor Científico e Social e o Respeito aos Direitos Humanos; Distribuição Equitativa na Seleção de Participantes de Pesquisa; Potenciais Riscos e Benefícios de Pesquisas; e Atenção às Necessidades dos Participantes.

Neste momento, está disponível apenas a versão para a visualização do International Ethical Guidelines, sem a possibilidade de impressão, em <http://www.cioms.ch/ethical-guidelines-2016/>. A forma para *download* esta prevista para fevereiro de 2017.

Comunicação empática marca o VI Congresso da Redbioética UNESCO



Com o tema “10 anos da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos” foi realizado entre 16 e 18 de novembro em Alajuela, Costa Rica, o VI Congresso Internacional da Redbioética da UNESCO, com a participação de mais de 250 pessoas, entre expositores e interessados, vindas de 16 países – como Brasil, Colômbia e Haiti.

O Congresso agregou boa qualidade científica à comunicação empática entre os bioeticistas, “que conseguiram dialogar entre si, respeitando-se e tendo como objetivo comum pensar a cultura dos Direitos Humanos” explica Fermin Roland Schramm, 1º vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB).

Concordando com o tema central, as discussões se voltaram ao aprofundamento teórico dos princípios contidos no documento. Conforme Márcio Fabri dos Anjos, 1º secretário da SBB, as conferências “mostraram alto grau de sensibilidade para expor conquistas e os persistentes pontos frágeis e desafiadores”.

ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS: AOS VINTE ANOS DA 196/96



Seminário da SBB e parceiras abordou os desafios e realizações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e as mudanças, caso o PLS nº 200/2015 seja aprovado pelo Senado.

Realizado na manhã de três de dezembro, na Universidade São Camilo, trouxe como palestrante Jorge Venâncio, presidente da Conep.

O seminário também mencionou “as dificuldades dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) em conscientizar os pesquisadores sobre a importância da regulamentação ética”, explica Regina Parizi, presidente da SBB

Segundo Márcio Fabri, coordenador geral do evento e secretário da SBB, o seminário não revelou “divergências de contraposição, mas, sim, realces de complementaridade”. Para ele, a discussão do PLS nº 200/2015 provoca, por exemplo, “a consciência de que a tendência na concentração de bens e lucros cresce no mundo e atua de forma contínua nos bastidores da Saúde no Brasil”.

Tramitação do PLS nº 200/2015

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) encaminhou ao Plenário do Senado, em 15 de dezembro, o PLS nº 200/2015 que dispõe sobre Pesquisas com Seres Humanos – que na prática, substitui o estabelecido pela Res. nº 466/12 do CNS.

O substitutivo ao projeto original – de autoria dos senadores Ana Amélia (PP), Waldemir Moka (PMDB) e Walter Pinheiro (PT) – foi apresentado pelo Senador Otto Alencar (PSD/BA) e sugere mudanças à área, capazes de piorar ainda mais o cenário sombrio dos já vulneráveis participantes de estudos no Brasil, como explicou à SBB (abaixo) o médico Jorge Venâncio, da Conep.

Um aspecto polêmico do texto refere-se à continuidade do tratamento aos participantes pós-ensaio: segundo a proposta de Alencar, esta seria garantida mediante risco de morte ou de agravamento relevante da doença; e na ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do participante – a militância do campo da Ética em Pesquisa brigava pela manutenção indefinida dos medicamentos, como acontece atualmente.

Diferentemente do projeto original, o substitutivo impede a adoção de critérios distintos para a aprovação dos protocolos de pesquisa quando submetidos por instituição de pesquisa nacional ou estrangeira.

Entrevista exclusiva

Conversa com o presidente da CONEP (integra em <http://www.sbbioetica.org.br/Noticia/403/Entrevista-com-Jorge-Venancio>).

“O fato de o campo ser normatizado por lei ou por resolução é apenas uma questão formal (...) O que não pode, o mais grave, é retirar os direitos dos participantes das pesquisas, que já estão estabelecidos e garantidos em nosso país”

“Em estudos considerados grandes por aqui, o universo de contemplados pela continuidade do tratamento seria de, no máximo, 180 pessoas! O que significa isso para um grande laboratório?”



“A sugestão de passar o controle ético das pesquisas para órgão tecnocrático, foi feita sem que fosse ouvida a opinião do CNS, da CONEP e da sociedade organizada”.

“ Ainda há muito tempo ainda para reação da militância”



A volta da Revista Brasileira de Bioética

A Revista Brasileira de Bioética (RBB), por meio da publicação de artigos originais, busca divulgar a produção científica da Bioética brasileira e latino-americana, visando assim contribuir para a construção de uma visão cada vez mais contextualizada, madura e sempre plural da Bioética. Por isso, a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) tem a satisfação de informar sobre a atualização do seu projeto editorial, a RBB, em parceria com a Cátedra de Bioética/UNESCO da Universidade de Brasília/UnB.

Com acesso livre a toda sociedade e instituições, já estão disponíveis os números dos anos de 2013, 2014 e 2015 em formato de publicação eletrônica (<http://www.sbbioetica.org.br/Revista-Brasileira-de-Bioetica-RBB>). Além disso, estão abertas as chamadas para artigos a serem publicados na revista 2016 (<http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/10/Chamada.pdf>).

Segundo o editor-chefe da RBB, Volnei Garrafa, entre 2005 e 2012 foram lançadas 18 edições da RBB que, em determinado momento, chegou a atingir classificação média B2 – B3 da CAPES, e até A2 e B1, em algumas áreas específicas. “A partir de 2013, devido aos altos custos de edição e impressão, a publicação da RBB ficou especialmente difícil”, embora os artigos continuassem a chegar e a serem avaliados pelo Conselho Editorial. Os aprovados foram recuperados e publicados nas três novas edições, agora *on line*.

A grande vantagem, diz o professor, é que o formato digital passou a ser mais aceito e acessado com facilidade, principalmente entre os colegas mais jovens. Com isso, continua valendo a pena submeter artigos à RBB, explica. “Agora é seguro que a RBB terá mantida sua periodicidade, atualidade e continuidade”.

O novo formato permite maior agilidade aos autores que, após a aprovação de seus artigos, terão a possibilidade de incorporá-los ao seu Currículo na Plataforma Lattes. Além disso, “os pesquisadores estarão apoiando a SBB na divulgação da Bioética, propondo aprofundamento nos temas que são de interesse de estudantes, docentes e demais profissionais afeitos à área”.



Volnei Garrafa

Não percam!

- Site da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), www.sbbioetica.org.br e nossa página no *Facebook*, com informações atualizadas na área e todos os eventos, para você se programar.
- XII Congresso Brasileiro de Bioética e IV Congresso Brasileiro de Bioética Clínica De 26 a 29 de setembro de 2017, em Recife, Pernambuco. Tema Oficial: Liberdades e Responsabilidades. Em breve será disponibilizado o site do evento!